

Transparência

Governo trava acesso a dados classificados como 'sensíveis'

Na gestão Lula, 49 pedidos de informação apresentados por cidadãos estão sem resposta, à espera de análise da CGU

WESLEY GALZO
BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva engavetou por tempo indeterminado pelo menos 49 pedidos de informação apresentados por cidadãos por considerar as demandas sensíveis demais para receber respostas no prazo-padrão de dois meses. Os processos estão parados na Controladoria-Geral da União (CGU).

“Ter esses dados ajuda a evitar desvios de recursos. Cada vez que a munição é desviada, se trata do destino de recursos do Estado”

Bruno Langeani
Gerente do Sou da Paz

Constam na lista casos que podem obrigar o Exército a liberar códigos de rastreamento de munições compradas pelas polícias, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a informar se aplicou sanções a clientes que violam normas socioambientais da instituição. Procurada, a pasta afirmou que os processos estão sem respostas por “estender a fronteira da transparência”.

Um despacho da CGU tem o poder de contrariar decisões de outros ministérios. Quando um cidadão demanda respostas de órgãos públicos por

meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) e não é atendido como gostaria, ele pode recorrer à Controladoria-Geral, a quem caberá analisar o caso e decidir se o pedido merece ser respondido ou não.

PAZO. A pasta, no entanto, deixou dezenas desses processos sem um parecer. Dez desses casos estão travados há mais de um ano. A CGU informou aos solicitantes que precisaria de mais tempo para analisar o pedido, porém nunca mais os atualizou sobre o status atual do procedimento.

Ainda na gestão de Michel Temer (MDB), a CGU passou a adotar prazo de 60 dias para se posicionar sobre recursos de cidadãos que têm seus pedidos negados por ministérios e órgãos do governo federal.

A pasta se ampara num decreto que determina que todos os ministérios e órgãos federais “apresentarão resposta conclusiva às manifestações recebidas no prazo de 30 dias, contado da data de seu recebimento, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa, e notificarão o usuário de serviço público sobre a decisão administrativa”. A Controladoria tem descumprido esse regramento sem apresentar as razões para tal.

A LAI não admite a adoção de critérios políticos para a concessão de informações. A lei, que entrou em vigor em maio de 2012, criou regras para obrigar o poder público a responder aos pedidos de cidadãos franqueando acesso aos dados e documentos solicitados. A legislação veda a realização de filtros nos dados pedidos. Ou seja, não existe na LAI dispositivo que autorize o governo a retardar a res-

Fila na CGU

Pedidos que estão à espera de resposta oficial

● Fake news

Entre os pedidos sem resposta está um que busca entender como o governo federal organizou campanha contra a disseminação de fake news. Uma das solicitações é sobre os custos totais, pareceres, memorandos, notas técnicas e a íntegra do processo administrativo que culminou na campanha do governo, feita no ano passado

● Processos contra gerais

Também foi pedida por um cidadão brasileiro, via Lei de Acesso à Informação, uma planilha listando os detalhes de todos os processos administrativos instaurados e já concluídos contra oficiais-generais da ativa ou da reserva nos últimos dez anos. O pleito está na Controladoria-Geral da União (CGU)

posta apenas por considerar um pedido “sensível”. O artigo 32 define como “condutas ilícitas” do agente público se recusar a fornecer informação requerida, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

EXÉRCITO. Um dos pedidos sem resposta foi apresentado pelo Instituto Sou da Paz à CGU em maio de 2023. A ONG que monitora o tema de segurança pública solicitou ao

● Cadastro rural

Um dos pedidos se refere ainda a informações existentes no Cadastro Ambiental Rural, um registro público eletrônico nacional, considerado obrigatório a todos os imóveis rurais. Os dados existem para unificar informações ambientais das propriedades rurais, que ajudam a monitorar e combater o desmatamento

● Medidas provisórias

Interessaram a um cidadão que fez o pedido detalhes dos fundamentos de medidas provisórias editadas pelo governo federal, assim como as razões de vetos e sanções presidenciais, realizados durante os dois anos da gestão do presidente Lula

● Gastos com voos

Chegou ainda solicitação, por meio da Lei de Acesso à Informação, de detalhes dos gastos com voos oficiais requisitados e feitos por integrantes dos ministérios do Poder Executivo, mensalmente, entre janeiro de 2015 e julho do ano passado

Exército uma lista com todos os códigos de rastreabilidade de munições no período de janeiro de 2004 a fevereiro de 2023. Esse tipo de material é marcado pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) com os dados de rastreio antes de saírem da fábrica. A demanda também exigia o compartilhamento dos nomes dos compradores para identificar, por exemplo, quais órgãos de polícia detêm cada tipo de munição em circulação no País.

Para o gerente do Sou da Paz e responsável pelo pedido

de informação, Bruno Langeani, a obtenção dos dados é importante para que a sociedade civil tenha como controlar os destinos das munições. O Exército respondeu à demanda com os códigos dos lotes de munição adquiridos pela própria corporação em vez de compartilhar os dados de todas as compras feitas no País. A Força Terrestre é responsável pelo controle de munições. Os militares se recusaram a atender à demanda, o que fez o caso ir parar na CGU, onde segue até hoje.

“A gente está sem nenhuma informação desde maio do ano passado”, afirmou Langeani. “Ter esses dados (sobre munições) ajuda a evitar desvios de recursos públicos. Cada vez que essa munição é desviada, estamos tratando do destino de recursos do Estado que deveriam ser para a promoção da segurança pública, mas que muitas vezes são usados para gerar crimes e insegurança.”

A CGU informou ao Instituto Sou da Paz, em maio do ano passado, mês em que o recurso foi apresentado, que precisaria estender o prazo-padrão de dois meses para resolver o caso. Porém, passados 11 meses, os autores do pedido de informação seguem sem respostas.

JURISPRUDÊNCIA. A CGU disse, em nota, que “os julgamentos (dos pedidos de informação) estão suspensos para a realização de estudos que englobam literatura especializada, precedentes e jurisprudência”. A pasta argumenta que os processos sem respostas “são casos sem jurisprudência ou com divergência entre o posicionamento da CGU e entendimentos consolidados, contrários ao acesso à informação”.

Como mostrou o **Estadão**, a CGU sob Lula repetiu o comportamento da pasta durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e impôs sigilo de cem anos a 1.339 pedidos de informação. ●

GOVERNO ALEGA QUE CARTA DE LULA A PUTIN É PESSOAL E IMPÕE SIGILO. PÁG. A15

Em crise com o Congresso, Lula fala em distribuir balanço de sua gestão

SOFIA AGUIAR
RAFAELA FERREIRA
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que o governo fará um balanço das ações promovidas pela gestão federal até o momento e entregará aos deputados e senadores, sejam eles da base ou da oposição. Em meio a uma crise com o Congresso envolvendo uma pauta-bomba, o petista

também disse que parlamentares podem continuar “acreditando no que quiserem”, mas têm a obrigação de saber o que acontece no País.

“Mande preparar tudo o que nós fizemos em 14 meses e vou distribuir para cada deputado na Câmara, e para cada senador. Todos eles vão receber. Quem é do governo, quem não é do governo, quem fala mal, quem fala bem, todos eles”, declarou Lula em cerimônia de inauguração da plan-

ta de produção de insulina da Biomim em Nova Lima (MG). “E eles (congressistas) têm que saber o seguinte: podem continuar acreditando no que quiserem, mas eles têm obrigação de saber o que está acontecendo no país deles.”

O governo Lula enfrenta uma crise orçamentária com a possibilidade de aprovação de uma pauta-bomba na Câmara dos Deputados e Senado, deixando a relação entre o Executivo e o Legislativo cada vez

mais fragilizada. Segundo cálculos do governo, projetos em tramitação podem gerar despesas adicionais de R\$ 70 bilhões aos cofres públicos este ano. A maior parte viria de um projeto patrocinado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na chamada

Discurso

Presidente disse, em Minas, que ocupar seu cargo ‘não é difícil, é só você fazer o óbvio’

PEC do Quinquênio. A medida concede um adicional para integrantes do Judiciário e Ministério Público, com um custo es-

timado em R\$ 40 bilhões (*mais informações na página ao lado*).

O governo federal negocia com Pacheco e com o relator da proposta, senador Eduardo Gomes (PL-TO), a possibilidade de alterar o texto do projeto no plenário da Casa, restringindo as categorias beneficiadas pelo bônus recebido por tempo de serviço.

‘ÓBVIO’. Durante o evento em Minas, Lula ainda avaliou que ser presidente da República “não é difícil, é só você fazer o óbvio”. “Aquilo que você diz que sabe fazer antes da campanha, aquilo que você diz que vai fazer quando está em campanhas, tem que colocar em prática”, afirmou ele. ●